



Número: **0800021-56.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **03/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 5.062,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ISRAEL MARQUES DE ANDRADE (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28399 506	18/02/2020 15:41	Termo de Audiência	Termo de Audiência

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA

COMARCA DE JOÃO PESSOA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

TERMO DE AUDIÊNCIA

DATA: 18 de fevereiro de 2020, 15:40:04

PROCESSO NÚMERO - 0800021-56.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ISRAEL MARQUES DE ANDRADE
Advogados do(a) AUTOR: Maria Cíntia Grilo da Silva – OAB/PB nº 17.295



RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Preposto da seguradora: Augusto César Araújo Lima

Advogados: Bruno Roberto Aranha Fernandes – OAB/PB 17.263; Suélio Moreira Torres – OAB/PB 15.477

Aberta a audiência, ausente o promovente, pelo(a) advogado(a) do(a) autor(a) foi requerida a desistência da ação. Dada a palavra ao advogado da promovida, foi dito que não concorda com o pedido de desistência formulado pela parte promovente. Em seguida, pelo MM. Juiz foi prolatada a seguinte sentença: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. DESISTÊNCIA DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.** Vistos, AUTOR: ISRAEL MARQUES DE ANDRADE, devidamente qualificado, ingressou com a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**, em face de **RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, igualmente qualificada. A ação teve regular tramitação. O(a) advogado(a) da parte autora formulou pedido de desistência da presente ação. Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Publicadas e intimadas as partes presentes em audiência. Custas e honorários advocatícios pela parte autora, cuja cobrança ficará suspensa, conforme § 3º do art. 98 do CPC. Expeça-se alvará em favor da promovida para devolução do valor dos honorários periciais depositados. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se os autos.

Finalizada a audiência, segue assinada digitalmente pelo(a) magistrado(a) presidente do feito, diante da permissão do art. 25 da Resolução CNJ nº 185/2013 e art. 2º da Lei 11.419/2006.

